



### **Autores**

Alexandre Freitas Câmara  
Adilson Rodrigues Pires  
Thaís Boia Marçal

## **ESTUDOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO EM HOMENAGEM AO PROFESSOR JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR**

**ALEXANDRE FREITAS CÂMARA**  
**ADILSON RODRIGUES PIRES**  
**THAÍS BOIA MARÇAL**  
Coordenadores

Prefácio  
Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho



**Área específica**  
Direito Administrativo.

Trata a presente obra de coletânea de estudos em homenagem ao professor Jessé Torres Pereira Junior, na qual os articulistas se debruçam a desenvolver temas que foram e são ainda objeto de pesquisa e de aplicação pelo ilustre homenageado ao longo de toda a sua vida acadêmica e profissional como magistrado.

O direito público apresenta nova feição, muito debatida nos textos ora publicados, sendo a sua marca diferenciadora a preocupação em implementar os direitos fundamentais e promover um debate público como forma de aprimoramento das práticas democráticas e da doutrina nacional no campo do direito administrativo.

Os textos apresentam como linha norteadora a preocupação em tornar as instituições e os seus respectivos instrumentos meios capazes de transformação social em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **Áreas afins**

Direito Constitucional. Direito Público.

### **Público-alvo/consumidores**

Profissionais do Direito (Magistrados,  
Promotores, Defensores e Procuradores).  
Estudantes de pós-graduação e graduação em Direito.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 10001029

E79 Estudos de direito administrativo em homenagem ao professor Jessé Torres Pereira Junior /Alexandre Freitas Câmara, Adilson Rodrigues Pires, Thaís Boia Marçal (Coords.) ; prefácio de Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho. – Belo Horizonte : Fórum, 2016.

391 p.

ISBN 978-85-450-0166-9

1. Direito administrativo. 2. Jessé Torres Pereira Junior. I. Câmara, Alexandre Freitas. II. Pires, Adilson Rodrigues. III. Marçal, Thaís Boia. IV. Carvalho, Luiz Fernando Ribeiro de. V. Título.

CDD: 342

CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CÂMARA, Alexandre Freitas; PIRES, Adilson Rodrigues; MARÇAL, Thaís Boia (Coords.). Estudos de direito administrativo em homenagem ao professor Jessé Torres Pereira Junior. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 391 p. ISBN 978-85-450-0166-9.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	17
APRESENTAÇÃO.....	19
O ESTADO E A REPATRIAÇÃO DE CAPITALS	
Adilson Rodrigues Pires e Thaís Boia Marçal .....	21
Professor exemplar e orgulho para a Magistratura.....	21
Palavras introdutórias ao tema da repatriação de capitais.....	22
Breves considerações a respeito do tema.....	22
A repatriação de capitais como função de Estado.....	23
A repatriação de capitais .....	25
Os objetivos da repatriação.....	26
Das vantagens da repatriação de capitais.....	28
Do comprometimento dos recursos.....	29
A importância do investimento em infraestrutura .....	32
A necessária legalidade material da repatriação .....	33
O NOVO CPC, O CONTRADITÓRIO E A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO	
Alexandre Freitas Câmara.....	37
1 Introdução: o CPC de 2015 e o processo administrativo.....	37
2 O modelo constitucional de processo: breves considerações .....	38
3 O princípio do contraditório no processo administrativo como garantia de participação com influência e de não surpresa .....	39
4 A fundamentação analítica das decisões no processo administrativo.....	43
5 Conclusão.....	47
Algumas notas sobre o direito à prorrogação de licenças para construir	
Alexandre Santos de Aragão e Carolina Barros Fidalgo.....	49
I Introdução.....	49
II O direito de construir e a polícia das construções.....	49
III As licenças para construir e o direito à sua prorrogação.....	54

IV Conclusão.....	61
Referências .....	62

#### O NOVO MODELO DE CONTROLE DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA FRANÇA – A QUESTÃO PRIORITÁRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (QPC)

Carlos Roberto Siqueira Castro.....	65
I Introdução.....	65
II A criação do Conselho Constitucional.....	68
III A reforma constitucional de 2008 .....	69
IV O conceito de bloco de constitucionalidade vigente na França e no Brasil.....	72
V O modelo francês de exceção de inconstitucionalidade. Diferenças e semelhanças com o sistema de exceção de inconstitucionalidade vigente no Brasil.....	84
VI A exceção de convencionalidade na França e no sistema comunitário europeu.....	87
VII O sistema de filtros vigente na França para o controle de constitucionalidade no âmbito da QPC.....	96
VIII Os órgãos e instâncias administrativas e judiciais perante os quais pode ser suscitada uma QPC .....	104
IX Condições gerais de admissibilidade da QPC.....	105
X Conclusão.....	108

#### MOVIMENTOS DE REDUÇÃO DA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA. EFICIÊNCIA, MOTIVAÇÃO E REDUÇÃO DA DISCRICIONARIEDADE A ZERO

Cláudio Brandão de Oliveira.....	111
1 Considerações iniciais. A discricionariedade administrativa e os novos termos da relação entre sociedade e Estado.....	111
2 A discricionariedade e a reserva da administração.....	112
3 Poder discricionário ou função discricionária.....	114
4 A redução da discricionariedade pela exigência de eficiência.....	117
5 A redução da discricionariedade com a exigência de motivação.....	119
6 A redução da discricionariedade nos atos de consentimento.....	120
7 A redução da discricionariedade a zero.....	121
8 Conclusão.....	123
Referências.....	123

#### A CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E A ASCENSÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL

Diogo de Figueiredo Moreira Neto .....	125
Uma introdução na primeira pessoa.....	125
Sobre o novo papel do Poder Judiciário brasileiro em face da crise das assembleias legiferantes .....	127

#### A UTILIZAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO E O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

Flávio Amaral Garcia.....	139
Um agradecimento ao mestre.....	139
A licitação e a sua natureza instrumental .....	140
O regime jurídico dos bens públicos .....	142
O fomento e a utilização dos bens públicos.....	144
O cabimento da inexigibilidade para os contratos de fomento que envolvam a utilização de bens públicos .....	147
Breves conclusões .....	150

## PODER DE POLÍCIA E FIXAÇÃO DE ASTREINTES.

### UMA VISÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO E DO DIREITO ELEITORAL

Flávio de Araújo Willeman.....	153
Introdução.....	153
As astreintes são instituto privativo da atuação jurisdicional?.....	156
Astreintes e o direito eleitoral.....	161
Conclusão.....	166

### DO DIREITO ADMINISTRATIVO AO DIREITO URBANÍSTICO: UMA NOVA PERSPECTIVA À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE – A INTEGRAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANO E RURAL

Frederico Price Grechi.....	167
1 Introdução.....	167
2 Evolução dogmática do direito urbanístico no direito comparado e no direito brasileiro.....	168
3 Princípios informadores do direito urbanístico .....	172
4 Nova perspectiva do direito urbanístico à luz do Estatuto da Cidade: integração dos espaços urbano e rural.....	176

### CONTROLE JUDICIAL DAS OMISSÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOB A PERSPECTIVA DO NEOCONSTITUCIONALISMO

Guilherme Peña de Moraes.....	181
1 Introdução.....	181
2 Neoconstitucionalismo.....	182
2.1 Plano metodológico.....	183
2.2 Plano normativo.....	185
3 Justiciabilidade dos direitos sociais.....	187
3.1 Obstáculo político.....	188
3.2 Obstáculo normativo.....	190
3.3 Obstáculo financeiro.....	191
4 Qualidade e quantidade da prestação estatal.....	193
4.1 Posição restritiva.....	193
4.2 Posição intermediária.....	194
4.3 Posição ampliativa.....	195
5 Responsabilidade pelas omissões administrativas.....	196
5.1 Meios de coerção.....	196
5.2 Meios de sub-rogação.....	197
5.2.1 Responsabilidade político-administrativa.....	197
5.2.2 Responsabilidade penal.....	198
5.2.3 Responsabilidade civil.....	198
6 Conclusão.....	199
Referências .....	200

### ARBITRAGEM EM AMBIENTES REGULADOS E SUA RELAÇÃO COM AS COMPETÊNCIAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Gustavo Binenbojm.....	207
1 Introdução.....	207
2 Da arbitrabilidade de litígios em ambientes regulados.....	208
2.1 Arbitrabilidade subjetiva e objetiva: aspectos gerais.....	208
2.2 Arbitragem e regime jurídico-administrativo.....	209
2.3 Arbitrabilidade subjetiva e objetiva do caso em questão.....	211

2.4 Compatibilidade do procedimento arbitral com as competências da agência reguladora setorial.....	215
2.5 Cumprimento da cláusula compromissória por força dos princípios da vedação do comportamento contraditório, da proteção da confiança, da moralidade administrativa e da boa-fé.....	217
3 Da inexistência de litisconsórcio passivo necessário envolvendo a agência reguladora.....	221
4 Conclusões.....	225
Referências.....	226

NÃO INCLUSÃO DE RECEITAS DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP) NA CONSIDERAÇÃO DO LIMITE DE GASTOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Gustavo da Gama Vital de Oliveira e Marco Antônio Ferreira Macedo.....	229
1 Delimitação da controvérsia.....	229
2 A necessidade de solução da controvérsia com base nos preceitos das normas gerais de direito financeiro.....	229
3 Conclusão.....	238
Referências.....	238
Corrupção : pressupostos para a aplicação da Lei nº 12.846	
Marçal Justen Filho.....	241
1 A repressão à corrupção.....	241
2 A natureza da definição legal de “atos lesivos”.....	242
3 O tipo objetivo: a ilicitude.....	243
4 O tipo subjetivo: a culpabilidade.....	243
5 Infrações de mera conduta.....	244
6 A questão da tentativa.....	245
7 A questão da responsabilidade objetiva.....	245
8 A questão da responsabilidade civil por ato lícito.....	246
9 A Lei nº 12.846 e a responsabilidade por atos ilícitos.....	247
10 A prática no interesse ou benefício da pessoa jurídica .....	250
11 A necessidade de um vínculo .....	251
12 A utilização da oportunidade propiciada pela pessoa jurídica.....	251
13 O dever de diligência especial da pessoa jurídica.....	252
14 A duplicidade das dimensões sancionatórias.....	253
15 Ainda a exigência da culpabilidade das pessoas físicas.....	253
16 A proporcionalidade da sanção em face da culpabilidade.....	254
17 As diversas modalidades de atuação reprovável .....	254
18 Os vínculos intersocietários.....	255
19 O interesse da regra para o Estado brasileiro.....	255
20 A situação das empresas consorciadas.....	256
21 A responsabilidade solidária apenas pelas obrigações pecuniárias.....	256
Referências .....	257

ASPECTOS PROCESSUAIS DO CONTROLE JURISDICIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Marco Antonio dos Santos Rodrigues.....	259
---	-----

1 A ascensão dos direitos fundamentais e o controle jurisdicional das políticas públicas implementadas pela Administração.....	259
2 Aspectos processuais que se impõem no controle jurisdicional de políticas públicas.....	261
2.1 A preferência do controle por meio de ação coletiva.....	261
2.2 O papel do contraditório .....	263
2.3 A impositiva flexibilidade da execução, com ampla participação das partes.....	266
3 Conclusões.....	270
Referências .....	271

#### A ARBITRAGEM EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS . REPERCUSSÕES DA NOVA LEI Nº 13.129, DE 26.5.15

Maria Sylvia Zanella Di Pietro.....	273
1 Das controvérsias doutrinárias.....	273
2 Inovações da Lei nº 13.129, de 26.5.2015, em matéria de contratos administrativos.....	275
3 Direitos patrimoniais disponíveis.....	277
4 Previsão de contratos de direito privado na Lei nº 8.666/93.....	280
5 Paralelo com os acordos judiciais.....	281
6 Arbitragem de direito.....	283
7 Conflito entre a exigência de sigilo e o princípio da publicidade.....	284
8 Conclusões.....	285
Referências .....	285

#### MEDIDAS JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS INIBIDORAS DE AÇÕES CONTRÁRIAS AO DIREITO, PRATICADAS EM LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, E SUA POTENCIAL REPERCUSSÃO NA GOVERNANÇA DE ORGANIZAÇÕES

Marinês Restelatto Dotti.....	287
1 Homenagem ao magistral Jessé Torres Pereira Junior.....	287
2 Os impactos da corrupção .....	288
3 Medidas para a profissionalização e governança de organizações .....	289
3.1 Atividades finalísticas preenchidas exclusivamente por meio de concurso público.....	289
3.2 Governança de organizações.....	291
3.3 Terceirização de atividades de apoio e atenção à vedação ao nepotismo.....	293
3.4 Segregação de funções e implementação de ações objetivando o estabelecimento de rotinas .....	295
3.5 Responsabilização de agentes .....	297
3.5.1 Responsabilidade administrativa .....	298
3.5.2 Responsabilidade civil .....	299
3.5.3 Responsabilidade penal .....	299
3.5.4 Responsabilidade por ato de improbidade administrativa .....	300
3.5.5 Responsabilidade perante os Tribunais de Contas.....	300
3.6 Responsabilidade perante a Controladoria-Geral da União – CGU.....	301
3.7 Regime jurídico de licitações e moldura regulamentar de	

procedimentos únicos, no âmbito de todos os poderes das três esferas da federação.....	303
4 Conclusão.....	304
A norma constitucional no tempo	
Maurício Caldas Lopes.....	307
Introdução.....	307

#### LICITAÇÕES INCLUSIVAS : OS IMPACTOS DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI Nº 13.146/2015) NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Rafael Carvalho Rezende Oliveira.....	335
1 Introdução.....	335
2 A proteção dos portadores de deficiência no direito administrativo.....	337
3 Licitações inclusivas e os impactos promovidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015): a função regulatória da licitação e a função social dos contratos administrativos.....	340
4 Conclusões.....	348
Referências.....	348

#### A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONSENSUAL COMO MEIO ALTERNATIVO À IMPOSIÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR: A CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA

Tiago Bockie.....	351
1 Introdução.....	351
2 A atividade punitiva do Estado: a sanção administrativa disciplinar.....	352
3 O princípio da eficiência como vetor da Administração Pública em um Estado Neoconstitucional.....	353
4 A Administração Pública consensual.....	358
4.1 A influência da cultura na construção do consenso na Administração Pública.....	361
4.2 O consenso como instrumento alternativo de imposição de sanção.....	365
5 Conclusões.....	367
Referências.....	368

#### O PAPEL DA ADJUDICAÇÃO COMO MECANISMO SOCIAL DE COMPOSIÇÃO DE CONFLITOS

Vanice Regina Lírio do Valle.....	371
1 Introdução .....	371
2 Conflito social, deliberação política e adjudicação.....	373
3 Adjudicação e rigidez da composição do conflito.....	379
4 Constitucionalismo administrativo e deferência para com as escolhas administrativas.....	383
5 Conclusão .....	386
Sobre os autores .....	389